

REPRESENTAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DE 2013 NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE AS REVISTAS VEJA E ISTOÉ¹

Jéssica Monteiro FERNANDES²
Universidade Federal do Piauí

RESUMO

As manifestações sociais de junho de 2013 marcaram a história do país. Os meios de comunicação acompanharam a evolução dos atos e transmitiram para a sociedade os acontecimentos. Este trabalho busca compreender como as manifestações são representadas nas revistas semanais *Veja* e *IstoÉ*, ambas de circulação nacional e formadoras de opinião. Para concretização dos objetivos citados, realizou-se um estudo quanti-qualitativo, de natureza descritiva, com pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo das citadas revistas no período de junho de 2013. A pesquisa constatou que os periódicos divergem bastante na representação dos protestos, dos manifestantes e das justificativas apontadas para os atos.

PALAVRAS-CHAVE: manifestações, representação social, análise de conteúdo

Introdução

As manifestações sociais ocorridas no Brasil do ano de 2013 foram tão ou mais impactantes na história do país quanto o movimento “Caras Pintadas”³, em 1992, e a campanha pelas “Diretas Já”⁴, em 1983. No dia 20 de junho de 2013, mais de um milhão de pessoas participaram simultaneamente de protestos em várias cidades do Brasil, tendo como reivindicação primária o aumento de R\$ 0,20 na tarifa do transporte coletivo de São Paulo. Atos pacíficos, com registros pontuais de violência entre manifestantes e policiais e entre policiais e jornalistas marcaram os protestos. Ao todo, mais de 300 cidades participaram dos atos, incluindo 22 capitais.

À época, a principal pauta dos meios de comunicação de massa era a Copa das Confederações e a reação mais imediata da grande mídia, diante dos protestos, foi a de reprovação. Enquanto a polícia reprimia violentamente os manifestantes nas ruas,

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste

² Aluna graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

³ MOVIMENTO CARAS PINTADAS aconteceu no início da década de 90, quando multidões de jovens saíram às ruas protestando contra o governo do então presidente Fernando Collor de Mello. O movimento ficou assim conhecido por conta dos rostos pintados

⁴ DIRETAS JÁ, um dos maiores movimentos populares da história do país, exigiu o fim do Regime Militar e a volta das eleições diretas no Brasil.

a mídia os reprimia nas manchetes de jornais. À medida que os movimentos ganharam força em todo o país, autoridades e meios de comunicação de massa mudaram seu tom de voz.

Os jovens, uma parcela significativa dos manifestantes, constituem um segmento que se informa muito mais através das redes sociais do que por meio da grande mídia; e usaram dessa ferramenta para se comunicar. De cidadão para cidadão, vários ângulos dos protestos foram registrados ao vivo de forma amadora por meio de tablets e smartphones. Ângulos, por vezes, ignorados pela grande mídia.

Com base no exposto, o presente trabalho objetiva investigar como as revistas *Veja* e *IstoÉ* representam as manifestações no material jornalístico publicado no mês de junho de 2013. Como objetivos específicos intenciona-se identificar quem são os manifestantes e como se comportam, segundo as publicações citadas; elucidar as organizações vinculadas aos movimentos; identificar as fontes ouvidas; apontar as causas e as consequências dos protestos externadas pelas revistas.

Como questão central de pesquisa, pretende-se responder à seguinte indagação: como os periódicos representavam esses protestos?

A relevância do estudo reside no fato de que analisar a cobertura jornalística dos protestos é entender como a imprensa brasileira se comporta diante de movimentos sociais de grande vulto e como representa esses atos. O trabalho da imprensa, seja ela impressa, digital, televisiva ou radiofônica, ajudou a desenhar a história das manifestações.

Apesar da importância das redes sociais nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, o envolvimento da mídia tradicional, seja de maneira positiva ou negativa, gerou impactos na repercussão dos atos. A *Veja* e a *IstoÉ*, publicações em análise nesse estudo, consistem em duas revistas de circulação nacional e que exercem junto à sociedade um grande poder de influência. São formadoras de opinião e, portanto, torna-se de suma importância analisar seu material jornalístico acerca da temática já exposta. Assim, entender como os manifestantes eram representados nos meios de comunicação de massa é importante não somente para o profissional da comunicação, mas para qualquer cidadão.

Jornalismo e Representação Social

A expressão *Representação Social* surgiu na década de 1950, na Europa, quando o psicólogo francês Serge Moscovic retomou o conhecimento de *Representação Coletiva* do sociólogo Émile Durkheim e desenvolveu uma teoria no campo da Psicologia Social. O estudo, intitulado *Psychanalyse: son image et son publique*, foi publicado em 1978 no Brasil sob o título *A Representação Social da Psicanálise*.

Na obra *A Representação Social da Psicanálise*, de Moscovic, o psicólogo realiza um trabalho de campo junto a uma parte da população parisiense visando delimitar o conceito de Representação Social através da maneira como a psicanálise era entendida e definida fora do meio universitário. A ideia era entender de que forma

a psicanálise adquiriria uma nova significação ao sair de grupos fechados para grupos mais populares através de uma divulgação por meio dos veículos de comunicação

Moscovici mostra como a psicanálise, uma teoria científica complexa, ao ser difundida em determinada cultura, se transforma ao mesmo tempo em que modifica o social, a visão que as pessoas têm de si e do mundo em que vivem. Neste processo, a psicanálise, enquanto uma teoria nova sobre o comportamento humano, converte-se num componente da realidade cotidiana, um objeto do pensamento social e transforma-se numa representação social autônoma, sem grandes semelhanças com a teoria original. (ALEXANDRE, 2000, p. 162)

Para o francês Serge Moscovic, a Representação Social é um fenômeno do cotidiano, que se produz num determinado contexto social. O indivíduo é tratado como ator participante da coletividade que se apropria da produção coletiva de determinados valores sobre os quais o grupo criou uma ideia comum. Portanto, para Moscovici (1981), a Representação Social é um fenômeno psicossocial, “um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originados no cotidiano, no desenrolar de combinações interindividuais”. Em outras palavras, a sociedade se apropria de um conceito previamente estabelecido e, a partir desse conhecimento, o comportamento da sociedade, ou seja, dos atores sociais, passa a ser determinado.

A teoria de Serge Moscovic aponta a importância da comunicação nesse processo de reconstrução. Segundo o francês (1978. p.57), “representar uma coisa [...] é reconstituí-la, retocá-la, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de realidade”.

Alexandre (2001, p. 17) explicou a relação dos veículos de comunicação, dos comportamentos e organizações sociais e como eles se relacionam com as questões sociais. Para o autor, o conceito de Representação Social deve estar ligado à Psicologia, Psicanálise, Comunicação e Sociologia. No seu trabalho, ele enfatizou que

Na obra de Moscovici, os aspectos conceitual e epistemológico (enquanto formas de explicação) são tomados em referência à inter-relação entre os sistemas de pensamentos e as práticas sociais, para que seja possível compreender os fenômenos complexos do senso comum e da eficácia destas representações na orientação dos comportamentos e na comunicação, entendendo a representação social como sistema de recepção de novas informações sociais (ALEXANDRE, 2001, p. 162)

Na sociedade atual, a nova aldeia global, o jornalismo é a praça pública. Jornais, rádios, televisão e, mais recentemente, a internet, são os espaços públicos midiáticos que contribuem diariamente para a construção do real. Segundo a

hipótese do Agendamento⁵, a mídia é responsável por pautar o que e como um assunto será discutido pela sociedade. Portanto, agendando os assuntos na sociedade conforme o que é veiculado pela imprensa.

Nesse momento, o foco da inquietação deixa de ser com *o que* é comunicado e passa a ser a *maneira* com que se comunica e com o *significado* que a comunicação tem para o ser humano. Assim,

Para os pesquisadores que têm uma concepção de ser humano, historicamente construído, e que enxergam a sociedade como um produto histórico-dialético, a comunicação obrigatoriamente torna-se um problema a ser pesquisado. Ela deve se estudar como um campo de problemas, na medida em que sua prática requer a superação da própria realidade. Todavia, a preocupação não é mais com o que é comunicado, ou seja, a mensagem, mas a maneira com que se comunica e, nesta relação, o significado que a comunicação tem para os seres humanos. (GAMA; et al 2010, p. 03)

Questionar esses pontos é lembrar da eternizada afirmação de que *o meio é a mensagem*, de Marshall McLuhan⁶. O estudioso da comunicação foi o primeiro teórico a analisar os próprios meios, em detrimento do conteúdo difundido pelos meios de comunicação.

O ser humano é, a todo instante, bombardeado por informações. São imagens e sons que, de uma forma ou de outra, tentam persuadir os indivíduos, criando ou mudando atitudes. Um efeito comum dos meios de comunicação de massa nas relações sociais, um fenômeno que McLuhan chamou de mundo retribalizado.

Sustentado pela economia de mercado, geralmente de uma grande empresa, com bastantes profissionais e uma extensa divisão de trabalho, o foco da comunicação de massa é tentar abranger um público heterogêneo e anônimo. Um trabalho que muitas vezes resulta numa realidade massiva e cotidiana. É por meio da grande mídia que o empresário têm acesso ao conflito civil ocorrido na Síria ou o jovem universitário tem contato com a declaração do presidente americano. Notícias que serão interpretadas de diversas maneiras, servindo de meio para compreensão do mundo.

O Capitalismo e os Movimentos Sociais

Para estudar os movimentos sociais é muito importante conceituar a sociedade capitalista, por que mexe com a estrutura das relações sociais. Mas não somente no que diz respeito à sua dimensão econômica. É preciso ter uma noção bem

⁵ A hipótese do Agendamento tem sua origem no pensamento do jornalista norte-americano Walter Lippman, que teve grande atuação em pesquisas de opinião nos Estados Unidos na primeira metade do século passado. A hipótese do Agendamento pressupõe que os veículos de comunicação determinam o que e como seus telespectadores/leitores/ouvintes vão pensar sobre os fatos noticiados.

⁶ Marshall McLuhan apresentou suas teorias acerca das tecnologias na década de 1960. Para ele, os meios tecnológicos são uma extensão do corpo humano e é um elemento importante da comunicação e não somente um canal de passagem.

clara do modo de produção dessa sociedade. Apreender o modo de produção capitalista nas suas esferas políticas e também ideológicas. É necessário pensar no Estado, nas classes sociais, na sua constituição e, conseqüentemente, nas brigas de classes.

No capitalismo, proprietários de meios de produção e proletários são considerados seres humanos essencialmente iguais. Destaca-se, assim, um ponto considerado na obra de Almeida (2000, p. 44):

É claro, se não houvesse esta constituição de todos como iguais não poderia haver a figura do contrato de trabalho. Vários autores já chamaram a atenção para isso: a idéia de que na nossa sociedade alguém contrata alguém, uma pessoa compra a força de trabalho e a outra a vende. Tal negociação, de compra e venda, é regulada por um contrato. Isso quer dizer que quem compra, compra porque quer e paga o preço que julga conveniente, e quem vende, vende porque quer vender, e recebe o preço que julga interessante receber. Então a sociedade moderna é apresentada como uma sociedade de indivíduos, como um aglomerado. Principalmente com o neoliberalismo isso voltou à tona: um aglomerado de indivíduos livres e iguais.

O interessante é que é exatamente essa ideologia da igualdade que torna possível uma relação de exploração. Para que a sociedade capitalista se desenvolva, o Estado e as instituições se apresentam como essencialmente bons e nos apresentam a todos como livres. Livres para comprar e para vender nossa força de trabalho. É o contrato livre; o Estado passa a ideia de que o proletariado é livre. Todavia, ou a pessoa trabalha ou morre de fome.

No capitalismo, os indivíduos são extremamente competitivos, cada um querendo obter o máximo de benefícios com o mínimo de investimentos. Não há a finalidade de atender às necessidades humanas, muito embora o Estado não possa explicitar isso. Ao contrário, o Estado deve passar a imagem de representante do bem comum, representante dos cidadãos.

O Estado capitalista, exatamente para poder organizar a dominação de classes, ocupa seu caráter classista apresentando-se como Estado nacional, como responsável pelo bem comum, pelo interesse geral da sociedade, como dando prioridade aos interesses dos mais pobres, aos interesses dos mais desvalidos. Essa é a ideologia fundamental que vigora na sociedade capitalista. [...] A ideologia, no capitalismo, nos apresenta não como membros de uma classe, ou proletários, ou classe média, ou burguesa; ela nos apresenta como cidadãos, eventualmente como consumidores. Ora, se isso faz sentido, nós temos uma categoria ideológica central para a reprodução do capitalismo, que é a categoria de cidadão. Ou seja, o capitalismo nos apresenta a todos como cidadãos e não é à toa que a

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é fruto da revolução burguesa. (ALMEIDA, 2000, p. 46 - 47)

Antecedentes históricos

Somente ao compreender como funciona o modo de produção de uma sociedade capitalista é possível traçar a trajetória dos movimentos sociais. Na América Latina, o contexto político desses movimentos é bem específico. Se desenvolveram na década de 70, um período de avanço do autoritarismo em vários países, sucedendo, portanto, a época de marginalidade e dependência típica dos anos 60. Ruth Cardoso caracterizou bem esse contexto histórico. Segundo ela,

A desilusão com os esquemas globalizantes passou a alimentar a busca de explicações qualitativas para os novos problemas que se colocavam e que diziam respeito ao sistema de dominação e seu modo de operar. [...] A periferia das metrópoles, apresentada como desenho vivo da segregação espacial, social e política, começava a se fazer presente reclamando direitos iguais e cidadania plena. (CARDOSO, 1987)

No Brasil, esses movimentos eclodiram também por volta dos anos 70. Um movimento denominado “novos” movimentos sociais e que tinha como principal adversário o Estado. A ideia de um movimento de oposição ao Estado, na época, era uma ideia muito elaborada por vários teóricos.

Ruth Cardoso (1987) chama esse período de “a emergência heróica dos movimentos”, por tratar-se de uma quebra dentro do sistema político; uma coisa, de certa maneira, nova. O país estava vivendo a ditadura militar e havia um vazio em relação a um canal de representação justamente porque todos esses canais estavam bloqueados. “A grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política”, defendeu Cardoso (2005, p. 82).

Sobre a denominação “novos” movimentos sociais”, Lúcio Almeida faz uma crítica. Ele rejeita a afirmação de que esses movimentos lutavam fundamentalmente pela cidadania.

Essa luta pela cidadania é vista, em geral, como luta pela cidadania mesmo, por aqueles que não eram cidadãos, ou luta pela ampliação, pela expansão da cidadania. Na minha avaliação, esse tipo de análise contém uma série de mal-entendidos [...]. A função fundamental do Estado é, apesar da ideologia dominante, assegurar as condições políticas e jurídicas da dominação de classe e, no caso do capitalismo, da dominação capitalista de classe. A ideologia dominante é que afirma que o Estado tem por finalidade zelar pelo bem comum, mas uma coisa é o que a ideologia dominante afirma sobre o Estado e, uma outra, é o que o Estado faz efetivamente. (ALMEIDA, 2000, p. 48)

Almeida questiona o uso do termo *novo* na nomenclatura. A maioria dos teóricos dos *novos* movimentos sociais eram estrangeiros, em geral, norte-americanos e europeus. Para esses teóricos, a exemplo do francês Alain Touraine e outros estrangeiros, a aplicação desse termo se referia aos movimentos que atuavam na órbita dos costumes, da ética comportamental.

Nesse período, os países europeus e norte-americanos já haviam enfrentado as lutas entre trabalhadores e capitalistas, típicas da sociedade industrial. Os teóricos agora discutiam um novo modo de vida com novos comportamentos. Eram lutas, por exemplo, de caráter ecológico e feministas, inclusive para que mulheres pudessem gozar das mesmas liberdades que os homens.

O cenário no Brasil, contudo, era totalmente diferente. No início dos anos 70, o país vivia o chamado “milagre brasileiro”, um acelerado desenvolvimento industrial que ocorreu entre os anos de 1969 e 1973, durante o Regime Militar. Um desenvolvimento que, ao contrário do que se pensa, aumentou a concentração de renda e a pobreza no país.

Nos anos 70 houve um êxodo rural muito grande, uma quantidade imensa de pessoas ou saiu do campo ou modificou as relações de trabalho, tornando-se bóias-frias. Essas pessoas migraram para as periferias das pequenas, médias e grandes cidades e foram se alojando de maneira bastante precária. Sem nenhuma estrutura urbana, esses proletariados não se organizaram em sindicatos nem tão pouco fundaram grandes partidos, mas lutaram por objetivos que eram importantes para eles e que, entretanto, não eram fundamentais para o bem estruturado movimento operário. Esse grupo de proletariado reivindicava, por exemplo, iluminação nos bairros, água e luz e creche para que as mulheres pudessem trabalhar fora de casa. O antimachismo era enfatizado nas palavras de ordem “o privado é público”; reivindicando a luta cotidiana das mulheres dentro de casa.

Nos anos 90 havia um novo contexto político dentro do qual os movimentos sociais irão agir. É uma fase onde os movimentos e os partidos políticos terão uma nova relação. Foi o período em que os grandes conselhos começaram a ser criados; desde o conselho da mulher até o conselho do negro e, mais recentemente, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os movimentos sociais já não têm as mesmas características porque trata-se de contextos ideológicos diferentes e o Estado também se modificou.

Os Movimentos Sociais de 2013

Os movimentos sociais de 2013 partiram do direito a um transporte coletivo acessível e de qualidade. Embora o mês de junho tenha sido marcado pelas grandes manifestações, não foram inéditas e nem tão pouco se encerraram naquele mês. O que iniciou com apenas algumas centenas de pessoas, em poucas semanas ganhou proporções nunca antes vistas no país. Logo eram milhares de pessoas em todo o país manifestando o seu descontentamento. “O gigante acordou!”, diziam em letras

garrafais os cartazes dos manifestantes. Otávio Luiz descreveu bem o cenário brasileiro de 2013.

O descontentamento com os vinte centavos se tornou o descontentamento com o próprio sistema político, e as vozes agora bradam contra a má qualidade do transporte público, contra a falta de saúde e educação, contra os gastos alocados com a Copa do Mundo, contra a corrupção... toda frustração com o governo brasileiro se tornou latente, e toda pessoa que agora sai às ruas luta por sua própria causa. As manifestações estão explodindo em tamanho, em causas e em esperanças pela imagem de um país sendo mobilizado. (PINTO, 2013, p. 157)

Deixaram de reivindicar apenas os R\$ 0,20 referentes ao aumento na tarifa de transporte coletivo e passaram a gritar também por avanços na saúde e na educação. A corrupção e os elevados gastos com os eventos esportivos no país também foram lembrados, justamente num período onde os olhos do mundo estavam voltado para o Brasil.

O Facebook, o Twitter e o Instagram tornaram-se agentes estratégicos para as novas e conectadas gerações, o que ajudou a derrubar o monopólio dos meios de comunicação de massa. Enquanto a grande mídia ignorava os fatos, os jovens, a maioria nas manifestações, filmavam e transmitiam ao vivo os acontecimentos dos atos através de seus celulares. Era a Mídia Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Todos eram, ao mesmo tempo, manifestantes e repórteres e, em posse de um smartphone, os “ninjas” pautaram a grande mídia.

(...) Diferencia-se, também, por narrar os fatos in loco, sem edição (durante as manifestações, a Ninja está apenas cobrindo os protestos ao vivo, emitindo o vídeo sem cortes). Além disso, os recursos técnicos são bem inferiores aos das grandes empresas (um celular com câmera de 2 a 5 megapixels e um notebook garantem horas de transmissão). Mas, mais que a câmera em primeira pessoa, a proximidade do cinegrafista em relação à ação, o que chama a atenção é que o repórter é também um participante e testemunha ocular dos eventos: um narrador-personagem dos fatos. (ALMEIDA; EVANGELISTA, 2013, p. 8)

A mídia profissional foi muitas vezes obrigada a acompanhar os acontecimentos em cima de prédios ou em helicópteros, enquanto “os ninjas” registravam de perto o descontentamento, transmitindo as narrativas de cidadão para cidadão. O resultado disso foi que, por vezes, enquanto a mídia tradicional dicotomizavam a multidão entre vândalos e manifestantes pacíficos, a mídia ninja ofereceu ao público novas vozes e pontos de vista diferentes.

Procedimentos Metodológicos

O estudo realizado é de natureza quanti-qualitativa e descritiva, procurando compreender como os manifestantes são representados pelas revistas de circulação nacional *Veja* e *IstoÉ*. A pesquisa está interessada em descobrir e observar fenômenos, no caso as manifestações de junho de 2013, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los (VIEIRA, 2002, p.65).

Para atingir os fins propostos por essa pesquisa, dois procedimentos foram seguidos. Primeiro foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o uso de livros, dissertações, artigos, teses e demais publicações. Tudo para a construção de uma base teórica fundamentada. Posteriormente, foi executada uma análise de conteúdo das revistas anteriormente citadas. Como bem definiu Moraes (1999),

a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Opta-se por uma análise quanti-qualitativa dos periódicos. No entanto, a pesquisa foi delimitada nos gêneros informativos notícia e reportagem e, no gênero opinativo, incluímos o editorial, por acreditar que este é essencial para a compreensão de como a revista concebe os movimentos sociais. Além deste material, analisamos também as fotos e infográficos.

Resultados da Pesquisa

Por que Manifestar?

Ambas as revistas consideram que os protestos em todo o Brasil eclodiram após o aumento da tarifa de transporte coletivo. Também é comum nas publicações a ideia de que essa não foi a única motivação para as manifestações. As publicações apresentam em suas amostras várias justificativas para as reivindicações.

Na revista *IstoÉ*, a elevação no preço da passagem, o motivo inicial dos protestos, é tratada como uma colocação justa da sociedade. Inclusive, citando cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para comprovar o quanto a renda do trabalhador assalariado é comprometida com o transporte. Em determinado momento, a revista compara, inclusive, a luta atual com o “irrefreável ímpeto libertário que embalou gerações e gerações lá atrás, no Brasil e no mundo” (MARQUES, 2013, p. 20). Em uma outra edição, a publicação acredita que

esses brasileiros se sentirão como a geração de 1968, que ainda cultiva as lembranças das heroicas passeatas contra a ditadura, como os manifestantes de 1984, que se emocionam com as imagens dos comícios das Diretas-Já, e como os caras-pintadas de 1992, que

decretaram o fim de um governo corrupto. (PARDELLAS, 2013, p. 50)

A revista *Veja* também aponta que o serviço oferecido à população é de má qualidade e utiliza dados do IBGE para comprovar isso. Mas a revista diminui a causa quando indica, por exemplo, que os jovens participantes dos atos não utilizavam transporte público, mas protestavam em nome de suas empregadas domésticas. “Fosse esse mesmo o caso, seria mais eficiente pedir aos pais um aumento de salário para elas”. (2013, p. 12)

Além da elevação no preço do transporte coletivo, as duas revistas dão, cada uma, outras dez justificativas para os protestos. Citam, em comum, a corrupção, a PEC 37 e a Copa do Mundo.

Além dessas, a revista *IstoÉ* apresenta justificativas ligas à cidadania do brasileiro. Direitos fundamentais, como educação e saúde. A revista *Veja*, por outro lado, apresenta causas para as manifestações ligadas à razões políticas, como a ausência de partidos representativos, os gastos públicos de péssima qualidade e os impostos elevados.

Quem Fala?

O Movimento Passe Livre (MPL), apontado por ambas as revistas como umas das organizações responsáveis pelos movimentos, é representado de maneira bem distinta nas duas publicações. Na revista *IstoÉ*, o MPL é a organização mais citada na amostra coletada e é definida como uma federação de estudantes que, entre outras coisas, rejeita toda submissão a partidos políticos, é popular, com afinidade com sindicatos e entidade da periferia e funciona de acordo com princípios da horizontalidade. Os militantes do MPL, segundo a *IstoÉ*, defendem a cobrança de tarifa zero para o transporte público e condenam atos de vandalismo durante os protestos.

Na revista *Veja*, a organização mais citada na amostra são os partidos políticos. O MPL vem em segundo lugar e é definido como um grupo nânico que defende a estatização das empresas de transporte e a gratuidade das passagens. De acordo com a *Veja*, os militantes do MPL são membros da elite paulista que possuem situação financeira estável e não enfrentam nenhum problema urgente. A revista compara os jovens manifestantes brasileiros aos jovens americanos responsáveis pelo movimento *Occupy Wall Street* e cita até o “Manual do Militante de Raiz”.

“Olha aqui!”, gabava-se, na última quinta-feira, Mayara Vivian, de 23 anos, ao mostrar a uma amiga o registro de mais de cinquenta ligações perdidas durante a hora em que passou longe de seu celular (que, claro, não era um iPhone, mas um aparelho velho e “sem frescuras”, como manda o Manual do Militante de Raiz)

Embora o MPL seja bastante citado nas duas publicações, os militantes dessa organização recebem pouco destaque. A *IstoÉ* confere ao professor Lucas Oliveira,

membro do Movimento Passe Livre, duas falas pontuais em duas edições diferentes. Ele é o único porta-voz do MPL a ser mencionado na amostra e, mesmo assim, não fala sobre o que realmente o Movimento reivindica.

Na revista *Veja*, o Movimento Passe Livre é o principal assunto da última matéria da amostra. Três militantes são citados, mas somente Mayara Vivian e Nina Cappelo têm falas descritas no material. Ao invés de abordar a pauta de reivindicações dos protestos, o foco da matéria é mostrar como a “organização nanica” se tornou um “fenômeno pop” em pouco mais de três semanas de manifestações.

Outra ponto importante na análise comparativa das amostras diz respeito aos especialistas consultados para as matérias. A *IstoÉ* consulta 14 diferentes especialistas para opinar acerca das configurações dos protestos no cenário nacional. A *Veja* consulta somente quatro especialistas e, um detalhe interessante, é que estes, em geral, são professores de instituições estrangeiras discutindo sobre o cenário brasileiro. Um exemplo disso, é o historiador e sociólogo Jordi Tejel Gorgas, do Instituto Graduate, de Genebra, que acompanha as manifestações da Turquia e foi questionado sobre conflitos entre a sociedade e a polícia.

A *Veja* concede também voz a dois manifestantes, classificados pela própria revista como anarquistas. Na matéria “Os organizadores do caos”, a imagem de *black blocs* e anarquistas se misturam e se confundem. “Lutamos contra o governo, os partidos e a polícia”, afirma um dos anarquistas apontados pela revista. Mas o conceito de Anarquismo não é discutido na matéria.

Quem Está Nas Ruas?

O fenômeno realmente espantoso ocorrido na semana passada no Brasil foi o fato de às minorias terem se juntado milhares de rapazes e moças que tinham tudo para estar no cinema, no shopping ou na balada, e não engrossando as fileiras das minorias de vândalos profissionais. A tentação maior é rotulá-los de rebeldes sem causa, bem ao estilo do personagem da música dos anos 80 do grupo Ultraje a Rigor, aquele garoto que os pais “tratam muito bem” e que recebe deles “apoio moral” e “dinheiro para gastar com a mulherada”. A reação do garoto? “Não vai dar, assim não vai dar / Como é que eu vou crescer sem ter com quem me revoltar / Não vai dar, assim não vai dar / Pra eu amadurecer sem ter com quem me rebelar”. Poderia ser esse o hino dos atuais insurgentes.

Essa é uma das primeiras representações dos manifestantes feita pela revista *Veja*. Os jovens envolvidos nas manifestações são classificados como rebeldes sem causa na matéria “A razão de tanta fúria”. Mais a frente, na mesma matéria, a revista completa: “A economia beirando o pleno emprego faz dos manifestantes jovens caçados nas universidades por empresas em busca de mão de obra qualificada”. No infográfico onde a revista pergunta a 119 brasileiros por quais motivos eles protestam,

cerca de 32% dos entrevistados correspondem a estudantes, sejam eles universitários ou não.

A revista considera, em alguns momentos, que os responsáveis pelas depredações nos protestos são a minoria em meio aos manifestantes e classifica estes como pitboys, militantes de esquerda e anarquistas. Mesmo ao citar depredações e quebra-quebra, a revista não deixa de referir-se a eles como “manifestantes”.

Já a revista IstoÉ faz o caminho inverso. A publicação distingue claramente que são os manifestantes e os responsáveis pelos protestos violentos destacando, inclusive, que os manifestantes condenam o quebra-quebra. “A mobilização social de uma massa de estudantes e jovens trabalhadores de São Paulo deveria ser saudada como um exemplo de cidadania”, destaca a publicação na primeira matéria sobre as manifestações.

E Agora?

O aumento da tarifa de transporte coletivo foi a motivação inicial apontada pelas duas revistas para o início dos protestos em todo o Brasil. Após a pressão popular o preço das passagens de ônibus caiu em várias cidades do país, mas essa não foi a consequência das manifestações mais apontada em nenhum dos periódicos.

A revista IstoÉ destaca a depredação do patrimônio em cerca de 26% da sua amostra. A revogação do aumento da passagem vem logo em seguida, com cerca de 21%.

Na maioria da amostra coletada da Veja não é indicado consequências claras para os atos. Uma das maiores mobilizações sociais que já houve no país e em 42% da amostra a revista não aponta o efeito da onda de protestos. A revogação do aumento da tarifa é citada pela revista, mas vem empatada com mudanças no contexto político do país.

Considerações Finais

As manifestações sociais ocorridas em junho de 2013 marcaram a história do Brasil, levando milhares de brasileiros às ruas. Motivados inicialmente por questões relacionadas ao transporte público, especialmente o valor da tarifa, os protestos foram crescendo em número de participantes e nas reivindicações.

Os atos atraíram a atenção da imprensa, que passou a cobri-los nas principais cidades do país. A midiaticização dos protestos parece ter contribuído para que ganhassem força e tivessem maior repercussão. A imprensa exerceu, assim, papel fundamental, constituindo-se formadora de opinião pública sobre os protestos e meio para que as reivindicações fossem conhecidas pelos poderes públicos e pela sociedade.

Com base no referencial teórico utilizado e na análise de conteúdo do material publicado nas revistas Veja e Istoé, é possível perceber que os movimentos sociais não foram representados de uma única forma pela mídia, sendo noticiados de maneiras bem distintas. Embora as publicações façam referência às mesmas

manifestações, os valores agregados aos atos e a forma de concepção dos mesmos são diferentes.

No que se refere à representação dos manifestantes, a revista Istoé os enxerga como estudantes e trabalhadores, brasileiros que lutam pacificamente por seus direitos. A publicação consegue estabelecer uma separação entre manifestantes e baderneiros, classificando estes últimos como anarco-punks, skin-heads e/ou oportunistas.

A revista Veja, por outro lado, representa os manifestantes como rebeldes sem justa causa, militantes de partidos de extrema esquerda ou de centro-esquerda, além de anarquistas. O periódico não distingue com clareza quem são os responsáveis pelas depredações e quem protesta pacificamente.

No que tange às organizações relacionadas aos protestos, os dois periódicos reconhecem o Movimento Passe Livre como um dos responsáveis pela organização dos atos. A Veja define a organização como um fenômeno pop e a Istoé como uma organização horizontalizada que luta pelo transporte de qualidade, da mesma forma que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) luta pela reforma agrária.

Em relação às fontes ouvidas, ambas as revistas adotam uma prática comum e recomendável nas redações, procuram especialistas para comentar os protestos, contextualizando-os no cenário nacional. Entretanto, a Veja opta por consultar especialistas envolvidos em estudos de casos de manifestações de outros países, enquanto a Istoé dá preferência a especialistas em movimentos sociais brasileiros, além de ouvir uma quantidade bem maior de entrevistados.

As justificativas apontadas para os protestos não são as mesmas nas publicações analisadas. Os dois periódicos apontam como causa inicial o aumento da tarifa de transporte coletivo. Mas no que tange às outras motivações, a Veja aponta causas políticas, em geral, fazendo duras críticas ao governo da presidente Dilma Rousseff, enquanto a Istoé enfatiza o desrespeito do poder público aos direitos fundamentais.

Assim como as causas dos protestos, as consequências também envolvem várias vertentes. A Istoé destacou a depredação do patrimônio público e particular. Na revista Veja, em quase metade do material analisado, não foi citada qualquer consequência, nem mesmo a revogação do aumento da tarifa. A revogação do aumento foi citada em apenas dois casos analisados, assim como mudanças no cenário político. Uma tentativa de minimizar os resultados obtidos pelos manifestantes.

Ambas as revistas, de forma geral, enxergam apenas os fatos imediatos, não preocupando-se em fornecer ao leitor uma análise mais aprofundada dos movimentos, não avaliando à fundo as causas dos protestos e as responsabilidades dos poderes públicos perante as manifestações.

Com base no exposto, é importante colocar que a mídia pode e deve exercer um importante papel na construção de uma sociedade mais democrática, na qual os poderes públicos ajam em sintonia com os princípios da República Federativa do Brasil, inseridos na Constituição Brasileira de 1988. Para o exercício de um

jornalismo independente e comprometido com valores como ética e responsabilidade social, acontecimentos como as manifestações aqui estudadas merecem ser noticiados de maneira clara e profunda.

Referência

ALEXANDRE, Marcos. O saber popular e sua influência na construção das representações sociais. **Comum**. v. 5. n. 15. p. 161-171. ago/dez 2000. Disponível em: <http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/o_saber.pdf>

_____. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**. v. 6. n. 17. p. 111-125. jul/dez 2001. Disponível em: <<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>>

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Movimentos Sociais no Brasil. **Revista Mediações**. v. 5. n. 1. jan/jun. 2000

ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro; EVANGELISTA, Amanda Falcão. **Tecnologias móveis, mídias independentes e coberturas de mobilizações sociais urbanas: as influências do “midialivrismo” na sociedade midiaticizada**. 2013. Disponível em: <http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/images/csm2/CSM2_ThiagoDangeloAmandaFalcão.pdf>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977

BAUM, William M. **Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. São Paulo, SP: Artmed Editora, 2005.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Movimentos sociais na América Latina**. 1987. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_02.htm>

DURKHEIM, Émile. A Sociologia de Durkheim. In: Durkheim Sociologia. Org.: José Albertino Rodrigues. Coordenador: Florestan Fernandes. SP: Ática, 1984

_____. O problema religioso e a dualidade da natureza humana. **Debates do NER**. ano 13. n. 22. p. 27-61. jul/dez 2012. Disponível em: <<http://seer.dev.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/viewFile/36518/23588>>

GAMA, Adriana Ferreira; SANTOS, Aline Renée Benigno dos; FOFONCA, Eduardo. Teoria das representações sociais: uma análise crítica da comunicação de massa e da mídia. **Revista eletrônica temática**. ano VI. n. 10. out. 2010. Disponível em: < http://www.insite.pro.br/2010/Outubro/representacao_comunicacao_midia.pdf>

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Paris: PUF, 1989, p. 31-61.

MESTRE, Marilza; PINOTTI, Rita de Cássia. As representações sociais e inconsciente coletivo: um diálogo entre duas linhas teóricas. **Revista eletrônica de psicologia**. n. 4. jul. 2004. Disponível em: <http://www.utp.br/psico.utp.online/site4/repres_sociais.pdf>

MIKIA KIT ISTOÉ 214. Disponível em: <http://www.editora3.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>

_____. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. v. 9. n. 2. p. 191-211. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

_____. **Social Representations**. Cambridge: University Press. 1981

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu, Jornalismo e representações sociais: perspectivas teóricas e metodológicas. **Intexto**. v. 1. n. 12. jan/jun. 2005. Disponível em: < <http://seer.dev.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4190/4460>>

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Os protestos no Brasil, ou sobre como a passagem de ônibus revelou contradições. **The International Journal of Badiou Studies**. v. 2. n. 1. 2013. Disponível em: <<http://badioustudiesorg.ipower.com/cgi-bin/ojs-2.3.6/index.php/ijbs/article/view/37/pdf>>

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.

VIANNA, Alexander Martins. As multidões de junho de 2013 no Brasil: o desafio de explicar e compreender. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 146. jul/2013. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21301/11348>>

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista FAE**. v. 5. n. 1. p. 61-70. jan/abr 2002. Disponível em: <<http://www.mouraconsultoria.com.br/artigo/Tipologia...pdf>>

WATSON, John B. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**. P. 158-177, 1913.